

## ENTREVISTA REALIZADA COM MARCO AURÉLIO COSTA: Vulnerabilidade social e pobreza

Entrevista realizada pela Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa<sup>1</sup> com o economista, doutor Marco Aurélio Costa<sup>2</sup>.

**Salviana de Maria Pastor Santos Sousa - A ideia de vulnerabilidade social carrega diferentes formas de interpretação, muitas das quais conferem uma associação direta dessa temática com a questão da pobreza. Na sua opinião, o que é ser vulnerável?**

**Marco Aurélio Costa** - O termo vulnerabilidade traz várias possibilidades de entendimento, as quais refletem diferentes possibilidades de vinculação teórico-conceitual.

Entendo a vulnerabilidade como um termo que expressa diversas ideias e que permite diferentes diálogos teóricos, com implicações muito variadas, no que diz respeito às políticas públicas.

A vulnerabilidade é sempre relacional e situacional. Quem é vulnerável é vulnerável a alguma coisa e a vulnerabilidade reflete uma situação social, uma posição na sociedade.

No capitalismo, a vulnerabilidade reflete as formas de inserção no mundo do trabalho, tem a ver com as condições de inserção no mundo do trabalho e da produção, mas também pode expressar uma desfiliação ou desvinculação estrutural desse mundo, com reflexos na inserção no mundo do consumo.

Indo além do campo material/produtivo, a vulnerabilidade se reflete também nas condições cotidianas, no que se passa no mundo da vida, na sensação de segurança e no sentimento de pertencimento. Uma família ou grupo social que apresenta baixos vínculos e associações com redes de apoio e proteção, por exemplo, está mais vulnerável para lidar com situações adversas, seja estruturais, seja episódicas.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora Titular do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA, Membro do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP) da UFMA.

<sup>2</sup> Economista, com mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde exerce o cargo de diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, além de coordenar os projetos *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (Ipea/PNUD/FJP), *Governança Metropolitana no Brasil* (Rede Ipea), *Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras* (Rede Ipea), e *Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas*. Possui experiência em coordenação editorial e em coordenação de equipes interdisciplinares de pesquisa.

E a vulnerabilidade também tem uma componente societal. Sociedades com infraestruturas sociais (e urbanas) e redes de proteção mais fortes e robustas protegem e abrigam melhor seus cidadãos, reduzindo a vulnerabilidade, mesmo em momentos de crise.

A vulnerabilidade social é um termo, sem dúvida, polissêmico, e aí reside sua força e riqueza, para além da mera associação da vulnerabilidade com a questão da pobreza de renda monetária.

**Salviana de Maria Pastor Santos Sousa - O que é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e com que objetivo foi criado?**

**Marco Aurélio Costa** - O IVS foi criado na perspectiva de lidar com dois desafios: (1) buscar estruturar, com os dados disponibilizados pelo Censo Demográfico, um índice que pudesse retratar a vulnerabilidade social tal qual a entendemos (em suas diferentes perspectivas e possibilidades), conscientes de que diversas dimensões e possibilidades associadas à discussão da vulnerabilidade social ficariam de fora do índice (a questão da segurança pública é um exemplo de algo que não é coberto pelo IVS, mas que também tem a ver com a discussão da vulnerabilidade social); e (2) oferecer outro índice sintético que enfatiza a questão das condições de vida para que ele pudesse complementar e enriquecer as discussões e análises feitas a partir do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do qual também somos responsáveis, junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a Fundação João Pinheiro (FJP). Entendo que ambos objetivos foram satisfatoriamente cumpridos.

**Salviana de Maria Pastor Santos Sousa - A publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que houve melhoria em todas as dimensões contempladas pelo IVS, portanto, o acesso aos direitos sociais teria se ampliado no país, entre 2000 e 2010. Todavia, mesmo com esses avanços, muitos municípios ainda vivem em condições de Alta Vulnerabilidade Social e Baixo Desenvolvimento Humano. Quais são os principais desafios para essas localidades?**

**Marco Aurélio Costa** - De fato, os avanços registrados na década de 2000 foram expressivos. Numa análise comparativa histórica, há que se ressaltar tais avanços e, em especial, o fato de que os pequenos municípios avançaram ainda mais, reduzindo o *gap* entre os municípios mais e menos desenvolvidos.

Ainda assim, também é fato que vários municípios, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, ainda apresentam baixo desenvolvimento humano e alta vulnerabilidade social.

No que diz respeito a essa questão, é importante compreender que o capitalismo produz desigualdades territoriais, produz diferentes processos de desenvolvimento e estabelece diferentes relações/inserções dos lugares com o mundo da produção e do consumo. Alguns lugares são privilegiados e se inserem em ciclos dinâmicos e virtuosos, enquanto outros ficam à margem desses processos.

Para lidar com essa situação é necessário reconhecê-la, compreender suas características e buscar desenvolver estratégias que favoreçam o desenvolvimento das economias locais. E isso não é uma tarefa que circunscrita aos municípios, especialmente a esses municípios menos desenvolvidos e de maior vulnerabilidade social. É necessário que os governos subnacionais, e que o próprio governo federal, em alguma medida, se envolva na busca de soluções para lidar com essas restrições estruturais, visando a identificação dos elementos que podem ser empregados na superação do baixo desenvolvimento local.

Empresários, governos (das diferentes esferas) e sociedade civil devem conhecer e lidar de forma objetiva com as restrições estruturais com as quais o desenvolvimento local lida e devem buscar soluções que passam pela construção e implementação de estratégias articuladas que envolvem todos os atores sociais e políticos e agentes econômicos que atuam ou que podem vir a atuar nessas localidades e em suas regiões.